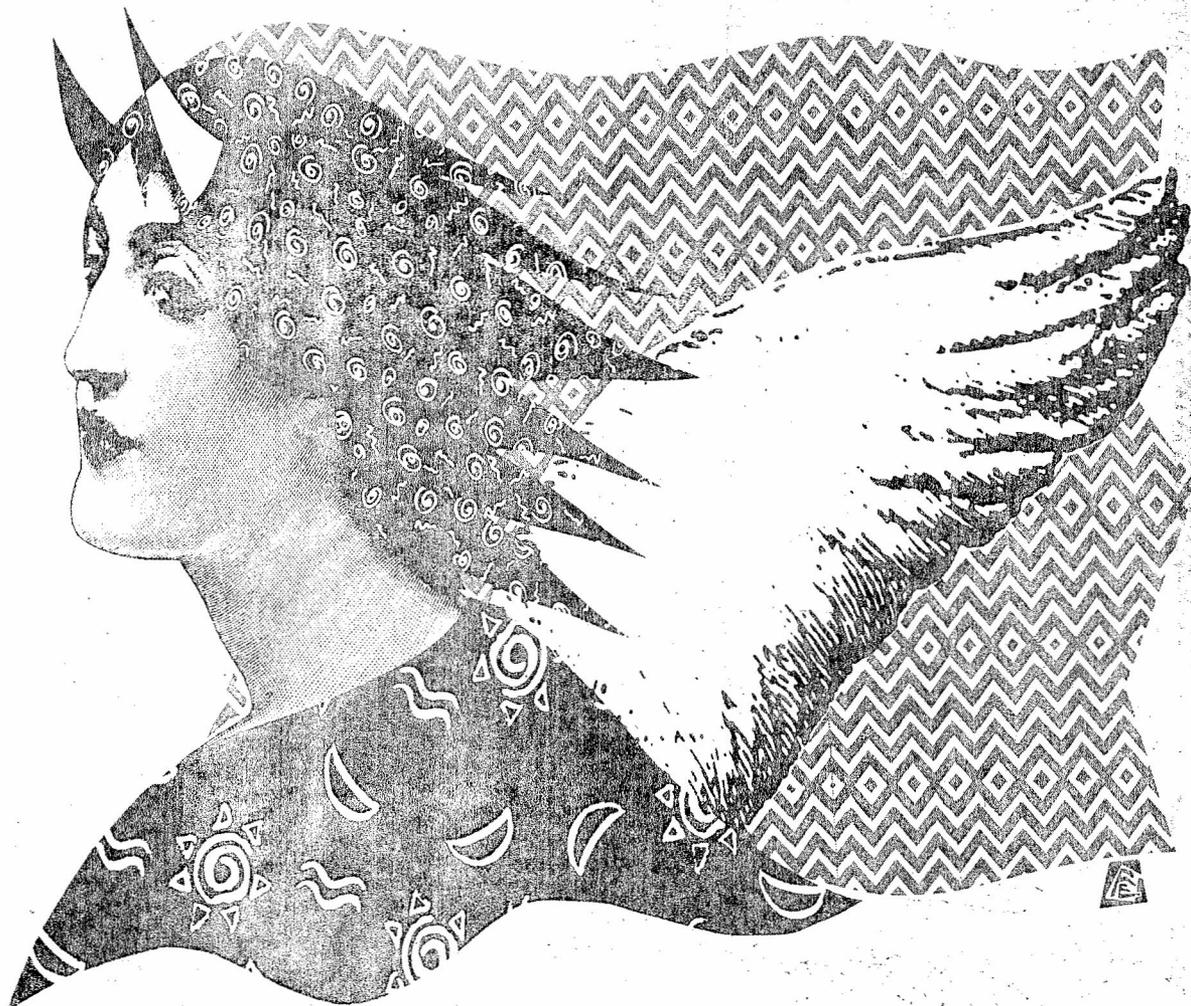


O papel da inflação

IGNÁCIO M. RANGEL



É fácil vituperar a inflação. Tudo o que se disser contra ela, todo o mal que lhe atribuíamos, será aceito, "a priori", por todos ou quase todos: desde os professores de economia, às simples donas-de-casa, passando pelos planejadores de toda definição. Poucos, muito poucos, estão propensos a se deterem na busca do porquê desse fenômeno, que tem sido o companheiro fiel de nossa industrialização. Nessas condições, tenho plena consciência de que é uma temeridade empreender o que me propus fazer hoje, isto é, esboçar um elogio da inflação. Pois Erasmo não fez o "Elogio da Loucura"?

Recapitulemos. Ao ter início a industrialização do Brasil, nas condições da Grande Depressão mundial, aqueles que queriam es-

sa Industrialização — que não eram todos, visto como, entre os sábios da época, a regra era marcar para o Brasil um lugar fixo, como produtor agro-primário — geralmente também queriam a reforma agrária. Pois não fora assim, na França e em toda a Europa por onde passaram as baionetas de Napoleão, e nos Estados Unidos que, precisamente nessa quadra, estavam emergindo como o coração de toda a economia mundial?

Difícil, para nós, os revolucionários dos anos 30, era admitir que a sonhada industrialização poderia conciliar-se com as instituições feudais, as quais enquadram, não somente a economia rural, mas também a produção capitalista urbana, que não podia prescindir de um direito trabalhis-

ta francamente corporativo. Nem sequer nos apercebíamos de que, sendo o latifúndio feudal a classe hegemônica da sociedade brasileira — produzindo, digamos de passagem, uma excelente liderança, com Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor à frente —, se não fosse possível conciliar a industrialização com a estrutura agrária herdada, essa industrialização seria natimorta.

Passar-se-fam alguns lustros, antes que a Cepal, com Raul Prebisch à frente, nos ensinasse a teoria da industrialização substitutiva de importações. Uma industrialização que tinha seu motor primário nas relações do país com o resto do mundo, isto é, com o Centro Dinâmico da Economia Mundial. Entrementes, o Estado Novo — notadamente o Manifesto

dos Generais, de 19 de novembro de 1935— fazia-nos engolir a pílula da industrialização sem reforma agrária. E quando, dez anos mais tarde, as massas populares puderam descer à rua, foi para humilhar essa opção. Queremos Getúlio, disseram elas.

Como sói acontecer, saltamos de um extremo a outro. Ao aceitarmos a industrialização sem reforma agrária, nunca nos detivemos a examinar que condições específicas a aceitação nos traria. Não vimos, por exemplo, que o prosseguimento da implantação do parque industrial, nas condições de uma crise agrária, que despejaria sobre as cidades milhões de camponeses para os quais essas cidades não tinham destinação plausível, nada tinha de simples. Especialmente a partir da implantação da indústria pesada que, a cada trator e a cada caminhão de insumos agrícolas químicos, expeliria, inevitavelmente, dos campos, novas levas de trabalhadores tornados sobran-tes no setor agrícola e também desnecessários na indústria e nos serviços urbanos. Estima-se que, ainda em 1950, com mais de três lustros de industrialização, a população brasileira dividia-se entre 70% no campo e 30% na cidade. O contrário da presente distribuição.

O problema foi resolvido através de mudanças institucionais que iriam permitindo que o movimento industrializante se contagiasse a novas áreas da economia —ou a novos setores, como dizíamos. Começando pela indústria leve, fomos passando à produção artesanal de peças para o equipamento importado, a dos bens duráveis de consumo e, especialmente nos anos 70, à indústria pesada, propriamente dita. Ora, a cada um desses passos correspondia um ciclo endógeno aproximadamente decenal, começando por uma fase próspera, no quinquênio final de cada decênio, passando a uma fase recessiva, ao abrir-se o decênio seguinte.

Cada um desses ciclos, através dos quais registrávamos taxas de crescimento industrial muito sa-

tisfatórias, como termo médio, podia perfeitamente ser o último da série, interrompendo-se o processo de industrialização tão felizmente aberto. Há, pelo menos, três lustros, que a produção industrial argentina não cresce absolutamente nada. E não pode haver certeza de que o decênio perdido, estes passados anos 80, durante os quais também quase não crescemos industrialmente, mal havendo nós recuperado, em

1985, o nível de 1980, não seja o início de nossa argentinização. Como me dizia, há dez anos, meu amigo, o grande economista argentino Ricardo Cibotti: “Vocês, brasileiros, entram nas crises, e saem delas, ao passo que nós, ficamos morando dentro delas”.

Com efeito, cada passagem de um ciclo a outro é sempre um enigma. O “setor” desenvolvido na fase anterior dá provas de capacidade ociosa, isto é, deixa de oferecer novas oportunidades de investimento, o que implica dizer que se torna aguda a sobra de mão-de-obra e, como um múltiplo do declínio dos investimentos, declina também a demanda global do sistema. Os investimentos deverão ser retomados, mas noutro setor, o que supõe mudanças institucionais e, naturalmente, tempo para que elas amadureçam em nossa consciência política. Entrementes, se não intervém um fenômeno extraordinário, capaz de suscitar investimentos que, sem isso não se fariam, a economia pode acomodar-se no fundo do poço recessivo. Sem nenhum plano preconcebido, nossa inflação tem desempenhado regularmente esse papel, induzindo imobilizações que, sem isso, não se fariam.

A principal dificuldade para a percepção desse fato resulta da circunstância de que são poucos os que já se capacitaram de que a inflação se exacerba, não nos períodos de prosperidade, quando a demanda solvente do sistema é máxima, mas precisamente nos períodos recessivos, quando ela é mínima. Assim, os investimentos induzidos pela penalização da liquidez que, preterintencionalmente, vem com a inflação, bloquei-

am, durante algum tempo, o deslizamento da economia para o fundo do poço recessivo, permitindo que amadureçam as mudanças institucionais necessárias à indução de investimentos não es-

peculativos, isto é, não, ou menos, dependentes da penalização da liquidez.

Para nos tornarmos menos dependentes das imobilizações induzidas por essa via —isto é, via inflação— devemos cuidar da busca de novas áreas do sistema que, pela ordem natural das coisas, estejam maduras para o oferecimento de oportunidades de investimento. Vimos antes que essa abertura de novas áreas aos investimentos industrializados não se faz ao acaso, mas numa ordem muito clara: partindo da indústria leve e prosseguindo, através da indústria pesada, no sentido geral dos grandes serviços de utilidade pública.

Qualquer desvio ou demora na percepção desses fatos deixarmos-nos-á mais dependentes dos serviços da fiel companhia de nossa industrialização, isto é, da inflação, não podendo haver nenhuma certeza de que esta poderá, no futuro, continuar a prestar os serviços relevantes que prestou no passado. O decênio perdido, durante o qual a retomada do crescimento, na passagem do primeiro para o segundo lustro, foi frustrada, em grande parte, deveria obrigar-nos a recapacitar o problema.

Ora, este não se resolverá com vituperações tolas contra a inflação, a ponto de levar-nos a esquecer os serviços que ela nos prestou, especialmente durante o passado meio século. Por isso é que venho, há bastante tempo, propondo que nos apliquemos à solução verdadeira do problema, o que passa pela revisão do direito de concessão, no sentido geral na regeneração do direito real de garantia.

IGNÁCIO DE MOURÃO RANGEL, 76, economista, é membro do Conselho Federal de Economia, ex-presidente do Conselho Regional (RJ) e autor do livro “A Inflação Brasileira”.